



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Associação Obras Sociais Irmã Dulce		<b>UF:</b> BA
<b>ASSUNTO:</b> Credenciamento da Faculdade Santa Dulce – FSD, a ser instalada no município de Salvador, no estado da Bahia.		
<b>RELATOR:</b> Paulo Fossatti		
<b>e-MEC Nº:</b> 202402712		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> <b>187/2025</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>12/3/2025</b>

## I – RELATÓRIO

### Histórico

O presente processo trata do pedido de credenciamento da Faculdade Santa Dulce – FSD, código e-MEC nº 29925, juntamente com o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Gestão Hospitalar (código e-MEC nº 1667902; processo e-MEC nº 202402713), instalada na Rua Tamburugy, nº 88, bairro Patamares, no município de Salvador, no estado da Bahia.

A FSD é mantida pela Associação Obras Sociais Irmã Dulce, código e-MEC nº 19613, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 15.178.551/0001-17, com sede no mesmo município e estado.

### Do Mérito

Em observância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e à Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada no Diário Oficial da União – DOU, em 3 de setembro de 2018, o processo de credenciamento foi devidamente encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep para a realização da avaliação *in loco*. A referida visita, de código nº 221910, ocorreu no período de 11 a 13 de novembro de 2024, culminando nos conceitos apresentados no quadro abaixo:

[...]

<b>Dimensões/Eixos</b>	<b>Conceitos</b>
<i>Dimensão 1 – Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional</i>	5,00
<i>Dimensão 2 – Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional</i>	5,00
<i>Dimensão 3 – Eixo 3 – Políticas Acadêmicas</i>	4,90
<i>Dimensão 4 – Eixo 4 – Políticas de Gestão</i>	5,00
<i>Dimensão 5 – Eixo 5 – Infraestrutura</i>	4,71
<i>Conceito Final Contínuo</i>	4,92
<b>CONCEITO FINAL FAIXA:</b>	<b>5</b>

<i>Art. 4º da Portaria Normativa Nº 20/2017</i>	<i>Conceitos</i>
<i>I – PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação</i>	<i>5</i>
<i>II – Salas de aula</i>	<i>5</i>
<i>III – Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, quando for o caso;</i>	<i>5</i>
<i>IV – Bibliotecas: infraestrutura</i>	<i>4</i>

Registra-se que o relatório de avaliação não foi impugnado pela instituição nem pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES. Por oportuno, cumpre informar que o processo de autorização do curso superior pleiteado já foi submetido à avaliação *in loco*, obtendo os conceitos apresentados abaixo. Além disso, ressalta-se que a Instituição de Educação Superior – IES atendeu a todos os requisitos legais.

[...]

<i>Processo e-MEC</i>	<i>Curso/Grau</i>	<i>Período de realização da avaliação in loco</i>	<i>Dimensão 1 – Org. Didático-Pedagógica</i>	<i>Dimensão 2 – Corpo Docente</i>	<i>Dimensão 3 - Infraestrutura</i>	<i>CONCEITO FINAL</i>
<i>202402713</i>	<i>Gestão Hospitalar, tecnológico</i>	<i>23/01/2025 a 24/01/2025</i>	<i>Conceito: 4,79</i>	<i>Conceito: 4,38</i>	<i>Conceito: 5,00</i>	<i>Conceito: 5</i>

Em sede de Parecer Final, datado de 21 de fevereiro de 2025, a SERES emitiu as seguintes considerações *ipsis litteris*:

[...]

*O Plano de Acessibilidade e o Plano de Fuga em caso de incêndio já se encontram anexados ao sistema e-MEC, em observância às exigências estabelecidas nas alíneas “f” e “g” do inciso II do artigo 20 do Decreto no 9.235/2017.*

*Quanto ao laudo técnico de segurança predial, a IES informou que protocolou a solicitação do laudo técnico no 0007322-1/2024 no Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia, em 26/03/2024.*

*Em que pese o não atendimento à exigência de apresentação de plano de fuga com laudo emitido por órgão público competente, tal fato não ocorreu por inércia da Instituição de Ensino Superior.*

*O Parecer no 402/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU ressalta a necessidade de compatibilização da boa-fé do particular com o interesse público, nos seguintes termos:*

*In casu, a interpretação literal dos dispositivos legais acima elencados ocasionaria, quando da elaboração do parecer final, o indeferimento do ato autorizativo. No outro extremo, o deferimento do pedido amparado em mero pedido de análise administrativa de preenchimento dos requisitos de condições de segurança e de estrutura, pelo risco que representa, não parece, também, ser a solução mais adequada.*

*Nesse viés, tem-se que a melhor interpretação é compatibilizar a boa-fé do particular com o interesse público. Penalizar as instituições de ensino por um*

*comportamento que não lhes pode ser atribuído, posto que houve protocolo de pedido administrativo para que fosse realizada avaliação in loco objetivando a verificação das condições de segurança e estrutura, parece contrariar a boa-fé processual.*

*Em tais situações, a inércia administrativa das autoridades locais, que resulta em uma moral administrativa excessiva e sem razoabilidade, viola frontalmente o estabelecido no art. 5º, inciso XXXIV, da CF/88, que confere a todos o direito de petição, bem como o art. 5º, inciso LXXVII, incluído por força da EC no 45/04, que assegura a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, aplicável à Administração Pública por imposição de ordem constitucional, bem como dos novos paradigmas adotados pelo Estado moderno na prestação dos serviços públicos.*

*Nesse contexto, considerando que a Instituição não pode ser penalizada por um comportamento que não lhe pode ser atribuído, esta Secretaria entende que o presente processo regulatório deverá ter prosseguimento em seu trâmite processual, condicionando-se a emissão do ato autorizativo à apresentação do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), nos termos da legislação vigente.*

*O pedido de credenciamento da FACULDADE SANTA DULCE - FSD (cód. 29925), protocolado nesta Secretaria, tem, a ele vinculado, 1 (um) pedido de autorização de curso superior de graduação, conforme processo mencionado anteriormente. Tanto o pedido de credenciamento quanto o pedido de autorização do curso foram submetidos ao fluxo regulatório e tiveram visitas in loco realizadas por equipes de especialistas do Inep.*

*Conforme consta no Relatório de Avaliação, os especialistas apresentaram uma breve análise qualitativa sobre cada eixo, nos seguintes termos:*

*“EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Observou-se que a IES- Faculdade Santa Dulce, possui um planejamento de avaliação institucional e que prevê a realização da autoavaliação em tanto no âmbito institucional como no curso pretendido, tendo como parâmetro as dimensões do SINAES e integração do Sistema Acadêmico. Através da análise documental, bem como por meio da reunião virtual com a equipe da CPA, constatou-se a representatividade dos membros da comissão. A Comissão Permanente de Avaliação desenvolverá suas atribuições provisoriamente até sua formação definitiva, que dar-se-á com a participação de discente da FSD, devidamente escolhidos por seus pares. No processo de implantação nos foi apresentado a previsão para realização de reuniões regulares bem como a sistematização dos processos visando a coleta, o tratamento, a análise e a divulgação dos resultados, que geraram indicadores para que todas as instâncias institucionais possam ser apropriadas, com devolutivas para todos os segmentos da comunidade acadêmica. Destaca-se como inovação o uso da IA para produção de vídeos de sensibilização a comunidade acadêmica, no ato da avaliação estavam disponíveis a esta comissão 2 vídeos produzidos prontos para a divulgação. É notório a consciência do papel da CPA e sem dúvida é uma instância séria na IES visto a estruturação já consolidada para essa dimensão institucional.*

*EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Percebe-se na IES uma relação intrínseca entre o PDI e as políticas acadêmicas, possuindo forte vínculo entre sua Missão, Valores, Objetivos e Diretrizes descritos no documento com vigência entre 2024-2028 e as práticas encontradas relativas ao ensino, pesquisa e extensão. Ressalta-se a relevância da IES na contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região local e regional.*

*EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS: As políticas acadêmicas da Faculdade Santa Dulce estão definidas e regulamentadas. A partir das reuniões realizadas com gestores, docentes e corpo técnico-administrativo, da verificação das ações previstas e da análise de documentos disponibilizados, verificou-se que a IES tem planejamento que viabiliza as políticas acadêmicas voltadas para os discentes, docentes, bem como a preocupação com os futuros egressos.*

*O incentivo à produção discente e docente está regulamentado e vislumbra suportes diversos. Conforme relato na reunião com docentes, alguns já receberam subsídios para submissão de artigos em revistas científicas indexadas. A IES possui política de comunicação com eixos definidos e canais diversos para viabilizar a comunicação interna e externa. Em tempo cabe destacar a política para internacionalização que já está regulamentada, com designação para a coordenação assim como convênios firmados. De fato, a IES está preparada para ofertar um ensino de qualidade e comprometido com a comunidade.*

*EIXO 4- POLÍTICAS DE GESTÃO: O corpo docente é constituído de doze professores; 4 doutores, 6 mestres e dois especialistas. Nos documentos apresentados pela IES e durante reuniões com os docentes e equipe técnica administrativa a comissão observou a existência da Política de Formação e Capacitação Docente e do corpo técnico. Bem como, apoio por meio de auxílio financeiro para formação e capacitação. Os documentos apresentados mencionam as práticas regulamentadas da política de formação e capacitação do corpo técnico administrativo. O Regimento Interno da Faculdade Santa Dulce apresenta a estrutura administrativa da IES. Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados com a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada. Há preocupação da IES em tornar transparente os procedimentos administrativos, com a atuação dos diferentes colegiados da instituição e a ampla divulgação, por meios diversos, das ações institucionais. Apropriação pela comunidade interna foi demonstrada durante a visita desta comissão, há de se enaltecer que existe participação das instâncias gestores e acadêmicas nos processos de tomada de decisões da instituição e a ampla divulgação, por meios diversos, das ações institucionais.*

*EIXO 5 – INFRAESTRUTURA: A comissão avaliadora ao visitar as instalações da Faculdade Santa Dulce ficou impressionada com o forte compromisso da instituição com a excelência e qualidade educacional desde sua concepção. Os gestores da FSD merecem elogios pela criação de um ambiente acadêmico exemplar, que beneficia não apenas os discentes, mas também os técnicos administrativos e docentes. Observamos que os espaços são bem sinalizados e contam com uma iluminação agradável, adequada para o ambiente educacional. Além disso, a faculdade se destaca pela incorporação de tecnologias acessíveis, demonstrando uma clara preocupação em promover uma educação inclusiva e de qualidade. A dedicação ao cuidado com pessoas com deficiência (PCD) evidencia um compromisso contínuo com a acessibilidade e a inclusão. O atendimento, seja ele interno ou externo, é tratado com seriedade e profissionalismo, reforçando o valor que a FSD dá à experiência e satisfação de toda a sua comunidade acadêmica. Gostaríamos de expressar nossa gratidão aos gestores da Faculdade Santa Dulce por sua liderança visionária e dedicação em criar um ambiente educativo tão acolhedor e eficiente. A atenção aos detalhes e o esforço em garantir a melhor experiência educacional possível são verdadeiramente admiráveis.”*

*Da análise dos autos, conclui-se que a FACULDADE SANTA DULCE - FSD (cód. 29925), possui condições “excelentes” de infraestrutura, de organização acadêmica e de organização administrativa. O Relatório de Visita produziu um Conceito Institucional – CI “5” (cinco).*

*O padrão decisório da fase de Parecer Final constante no Art. 13, da Portaria Normativa nº20/2017, republicada em 2018, para os cursos presenciais deverá ser atendida, dentre outras exigências, a obtenção de conceito igual ou maior que três nos referidos indicadores.*

*Art. 13. Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de autorização terá como referencial o Conceito de Curso CC e os conceitos obtidos em cada uma das dimensões, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas aplicadas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:*

*I - obtenção de CC igual ou maior que três;*

*II - obtenção de conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões do CC; e*

*III - para os cursos presenciais, obtenção de conceito igual ou maior que três nos seguintes indicadores:*

*a) estrutura curricular; e*

*b) conteúdos curriculares*

*(...)*

*§ 4º Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais dimensões e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.*

*A proposta para a oferta do curso superior de graduação de GESTÃO HOSPITALAR, tecnológico (código: 1667902; processo: 202402713) obteve conceitos satisfatórios nas três Dimensões constantes do Instrumento de Autorização de Cursos de Graduação, assim como o Conceito de Curso “5” (cinco), apresentando um perfil “excelente” de qualidade.*

*Dessa forma, consideram-se atendidos os critérios para autorização do curso mencionado, nos termos da PN no 20/2017.*

*A IES deverá atentar para as observações e recomendações das comissões e adotar constantemente medidas com o intuito de manter e aprimorar as condições evidenciadas, e, cumprindo integralmente todos os requisitos legais, o que será verificado de acordo com o ciclo avaliativo.*

*Considerando a Portaria Normativa nº 1, de 03 de janeiro de 2017, que estabelece os prazos dos atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das IES, o prazo de validade do Ato de Credenciamento para a Instituição em epígrafe será de 5 (cinco) anos, de acordo com Conceito Institucional da IES obtido no presente processo.*

*Destarte, considerando que o processo de credenciamento e o processo de autorização do curso de GESTÃO HOSPITALAR, tecnológico (código: 1667902; processo: 202402713), encontram-se em conformidade com o disposto no Decreto nº*

*9.235/2017, bem como com as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas no DOU de 03/09/2018, e, fundamentando-se, principalmente, nos resultados obtidos nas avaliações in loco, esta Secretaria manifesta-se favoravelmente aos pedidos.*

*Sobre o laudo técnico de segurança predial, esta Secretaria entende que o presente processo regulatório deverá ter prosseguimento em seu trâmite processual, condicionando a emissão do ato autorizativo à apresentação do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), nos termos da legislação vigente.*

## **8. CONCLUSÃO**

*Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer FAVORÁVEL ao credenciamento da FACULDADE SANTA DULCE - FSD (cód. 29925), a ser instalada na Tamburugy, nº 88, bairro Patamares, no município de Salvador, estado da Bahia, mantida pela ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE (cód. 19613), com sede no mesmo município e estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.*

*Deve-se registrar que esta Secretaria manifesta-se FAVORÁVEL também à autorização para o funcionamento do curso superior de graduação de Gestão Hospitalar, tecnológico (código: 1667902; processo: 202402713) pleiteado quando da solicitação de credenciamento, cujo ato a ser publicado por esta Secretaria ficará condicionado à deliberação sobre o referido credenciamento pelo CNE.*

## **Considerações do Relator**

O presente processo refere-se ao pedido de credenciamento da FSD, protocolado em 2 de abril de 2024 no sistema e-MEC, sob o nº 202402712, e distribuído a este Relator dia 21 de fevereiro de 2025. A instituição é mantida pela Associação Obras Sociais Irmã Dulce com sede no município de Salvador, no estado da Bahia.

De acordo com o relatório do Inep, todos os requisitos legais para se deferir o credenciamento da FSD foram atendidos pela entidade, sendo atribuído à IES o Conceito Institucional – CI cinco durante a avaliação realizada no período de 11 a 13 de novembro de 2024.

Nesse contexto, foi comprovado que a IES está em conformidade com as disposições das Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas no DOU, em 3 de setembro de 2018.

Desta forma, com base nas informações fornecidas no instrumento de avaliação do Inep e no Parecer Final da SERES, este Relator conclui que a FSD reúne as condições necessárias para o credenciamento.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Santa Dulce – FSD, a ser instalada na Rua Tamburugy, nº 88, bairro Patamares, no município de Salvador, no estado da Bahia, mantida pela Associação Obras Sociais Irmã Dulce com sede no mesmo município e

estado, observando-se tanto o prazo de cinco anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Gestão Hospitalar, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES.

Brasília-DF, 12 de março de 2025.

Conselheiro Paulo Fossatti – Relator

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente